

Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal*

Luís Silva

Bolseiro de pós-doutoramento da FCT na FCSH-UNL

luis.silva@fcsb.unl.pt | luis.silva98@gmail.com

Apresentação

Iniciado por volta de 1960, o processo de desruralização de Portugal ocasionou a atrofia socioeconómica das áreas rurais do país, situação que desde finais da década de 1980 se procura combater através da implementação de determinadas políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural. Este artigo apresenta elementos empíricos e teóricos de reflexão em torno da pós-ruralidade em Portugal, tomando como referência o caso de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz, Évora), povoação que tem um percurso socioeconómico idêntico ao de muitas povoações e freguesias rurais de Portugal (continental), entre as quais as que integram a rede das Aldeias da Saudade no Minho, a rede das Aldeias Históricas de Portugal na Beira Interior, a rede das Aldeias de Xisto no Centro e as Aldeias de Água no Alentejo. De modo sequencial, analisaremos a desruralização do território nacional, as políticas de desenvolvimento local em meio rural e o modo como os processos de mudança nos campos do país se reflectem em Monsaraz.

Os dados compilados neste texto foram recolhidos através de procedimentos usualmente utilizados em Antropologia e nas Ciências Sociais: trabalho de campo com observação participante (durante cinco meses), entrevistas e conversas informais, bem como pesquisa bibliográfica e documental.

A desruralização do país

Desde meados do século XX, os campos do país entraram num processo de mudança traduzível num triplo movimento de perda demográfica, retracção dos usos agrícolas do solo e desenvolvimento da actividade turística. Por volta de 1960, as freguesias rurais de Portugal entraram

*Agradeço as sugestões e comentários de Ana Delicado, Meritxell Sucarrat e *refree* da *Arquivos da Memória* a uma versão preliminar deste artigo, que vem na sequência de uma dissertação de Doutoramento em Antropologia, orientada pelo Prof. Doutor João Leal e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Silva, 2007a).

num processo progressivo de perda demográfica que inverteu a tendência de crescimento contínuo que se vinha verificando desde os finais do Antigo Regime. Este decréscimo populacional deveu-se aos movimentos migratórios em direcção às áreas mais industrializadas de Portugal, da Europa e da América do Norte e à consequente emergência de uma taxa de crescimento demográfico negativa, em que o número de óbitos é superior ao número de nascimentos. A desertificação tendencial das zonas rurais e periféricas de Portugal observa-se no mapa da distribuição da população pelo território nacional. No limiar do século XXI, a maior parte da população reside no eixo litoral compreendido entre Braga e Setúbal, onde se regista a presença de cerca de 85% da população e de 76% dos lugares do Continente (INE, 2002). João Ferrão e Raul Lopes (2003: 142) verificaram ainda que, em 2001, no interior do país, existiam quatro dezenas de centros urbanos, mas só seis apresentavam mais de 20 000 habitantes, designadamente Vila Real, Viseu, Covilhã, Castelo Branco, Évora e Beja. Acresce que 58% da população reside em lugares com 2 000 ou mais habitantes, incluindo os 40% que vivem em aglomerados com 10 000 ou mais habitantes (INE, 2002)¹. O Instituto Nacional de Estatística (INE), de acordo com o recenseamento de 2001, indica que esta concentração populacional tem na última década crescido a um ritmo quatro vezes superior ao crescimento global da população, ao passo que nas regiões com menos de 2 000 habitantes vem decrescendo cerca de 8%². Numa escala de análise mais reduzida, Carminda Cavaco e António Ramos (1994: 54) constataam que, na década de 1990, estes níveis de concentração populacional já se traduziam “na “desertificação” humana de muitos espaços e núcleos populacionais não urbanos (com menos de 2 000 habitantes)”.

Este êxodo rural está intimamente associado à perda de importância da agricultura na economia e sociedade portuguesas desde meados do século XX. Francisco Cordovil *et al.* (2004) constataam que, nas últimas quatro décadas, a aplicação de novas tecnologias na produção agrícola conduziu a uma drástica diminuição do número de trabalhadores e do volume de trabalho. Em 1973, o sector agrícola empregava mais de 30% da

¹Estes valores tornam-se particularmente significativos quando temos em conta que, em 1900, a percentagem da população residente em povoações ou em grupos de freguesias com 10 000 ou mais habitantes era de 15% e de 8% nas freguesias ou povoações com um número de habitantes compreendido entre 5000 e 9999 habitantes (*Censo da População do Reino de Portugal*, 1905).

²Embora com intensidade e precocidade desiguais, o êxodo rural é um fenómeno que caracterizou todos os países da Europa (Mathieu, 1996), levando a uma concentração da população em zonas específicas e que, no caso da União Europeia dos quinze, se traduz no facto de 75% da população residir apenas em 20% do território (Nilsson, 2002: 7).

população activa em Portugal, enquanto em 2001 este valor rondava os 9%. Os agricultores passaram em muitas comunidades rurais a constituir aquilo que H. Newby (1979, citado em Rogers, 1989: 107) designa como “comunidades encapsuladas”, sendo que a diminuta população agrícola, incluindo proprietários e trabalhadores, encontra-se rodeada por outros grupos sociais que não têm qualquer relação com a agricultura³. De acordo com Oliveira Baptista (1996), em Portugal, no que concerne aos trabalhadores agrícolas, os assalariados deixaram de ser a principal força de trabalho, que passou a ser constituída pelo trabalho familiar, que cultiva mais de metade da área agrícola (57%), sendo o cultivo da restante repartido pelas unidades capitalistas privadas (36%) e por outros tipos de exploração (7%). Acresce que “a maior parte das famílias ligadas a explorações agrícolas vivem, hoje, de rendimentos exteriores às unidades de produção” (Baptista, 1996: 47).

Como mostram Francisco Cordovil *et al.* (2004), a tendência para a diminuição da taxa de emprego no sector agrícola foi acompanhada por uma evolução similar ao nível do peso relativo do sector primário na constituição do Produto Interno Bruto (PIB) português. Em 1960, a agricultura, a silvicultura e as pescas representavam um valor médio de 22%, decrescendo para cerca de 13% em 1970 e para aproximadamente 3% em 2001.

Nas áreas rurais do nosso país, para além da rarefacção e envelhecimento da população residente, isto traduziu-se no ressurgimento dos incultos, na falência dos serviços, na degradação dos patrimónios edificados e no empobrecimento do tecido produtivo (cf. Cavaco e Ramos, 1994). Esta situação deve-se a um modelo de desenvolvimento industrial assente numa relação desigual entre as áreas urbanas e as áreas rurais, uma vez que o desenvolvimento daquelas foi feito à custa da perda de importância e/ou deterioração dos recursos destas (Pérez Correa, 2002: 25). Nos últimos anos do século XX, a tomada de consciência desta situação induziu a formulação e implementação de políticas e medidas de requalificação dos campos do país, cujas orientações analisaremos em seguida, mas que tiveram o financiamento de programas e iniciativas nacionais e comunitários.

³ Este decréscimo do número de efectivos empregue na agricultura regista-se também noutros países. Segundo a OCDE (1994: 17), apenas cinco dos países membros desta organização apresentam uma taxa de emprego superior a 15% nos sectores agrícola, florestal e piscícola, existindo oito nos quais este valor é inferior a 5%.

As políticas e medidas de desenvolvimento rural

O processo de desruralização que procurámos caracterizar no ponto anterior tem sido acompanhado, especialmente a partir do momento em que Portugal passou a integrar a União Europeia (1986), pela formulação e implementação de políticas e medidas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural, tendo em vista o crescimento sustentado das áreas mais desfavorecidas do ponto de vista social e económico do país, incluindo o Alto Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Alentejo e Algarve (Barrocal e Serra). De modo mais preciso, pretende-se

fixar a população rural, diversificar a actividade económica no meio rural, defender e valorizar os produtos tradicionais de qualidade, agro-alimentares ou de artesanato, preservar e valorizar o património histórico, cultural, biológico e paisagístico, e melhorar as condições de vida das populações (Jordão, 2002: 321).

Esta fórmula de desenvolvimento tem a particularidade de assentar numa política de matriz global e territorial que procura combater os problemas dos espaços rurais e melhorar a qualidade de vida das populações que neles habitam de um modo sustentável, em lugar de uma política sectorial centrada na agricultura. Para além de conter uma forte sensibilidade ambiental e ecológica, este modelo de desenvolvimento rural confere especial atenção aos recursos endógenos e às populações locais, que passaram a constituir os principais intervenientes deste processo, a par do Estado e das instituições públicas (cf. Pérez Correa, 2002; Ferrão e Lopes, 2004). Em traços largos, para além da agricultura – onde cabe incluir o desenvolvimento da agricultura biológica e a produção de produtos de origem controlada (ver Carvalho, 2003; Fragata, 2003), entre eles o vinho (ver Simões, 2003) –, esta fórmula de desenvolvimento rural aposta em duas frentes, designadamente i) a patrimonialização dos recursos endógenos dos campos e ii) o desenvolvimento do turismo.

O património

A noção de património é habitualmente associada à ideia de coisas que um grupo humano procura transmitir às gerações futuras, resgatando-as ao fluxo da vida quotidiana e ao seu eventual desaparecimento (cf. Gravari-Barbas, 2005: 11; Kirshenblatt-Gimblett, 1998: 149; Peixoto, 2004: 202). Entretanto, o património não é uma coisa natural, nem tampouco universal, mas sim um artifício produzido por alguém num determinado momento e lugar, i.e., uma construção social (Prats, 2004:

19-20). Por outras palavras, o património é um produto socialmente construído, resultante de

uma operação dinâmica, enraizada no presente, a partir do qual se reconstrói, selecciona e interpreta o passado. Não se trata da homenagem a um passado imóvel, mas sim da invenção à posteriori da continuidade social, na qual joga um papel importante a tradição (Rosas Mantecón, 2005: 66).

Trata-se, pois, de uma operação que envolve disputas e conflitos em torno da selecção dos referentes que devem ser positivamente valorados, preservados e inscritos na memória de uma comunidade. Uma vez inclusos na rubrica do património, estes referentes adquirem carta de naturalização, novos significados e, até, “uma segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998). Llorenç Prats (2004) designou este processo de “activação patrimonial”. A expressão “activação patrimonial” designa o processo através do qual se escolhem determinados referentes culturais, se expõem e sacralizam, adquirindo um carácter simbólico, decorrente da sua capacidade para representar uma identidade. De acordo com este autor (ob. cit.: 33-34), as activações patrimoniais foram principalmente realizadas pelo poder político, embora também possam ser realizadas pela sociedade civil, mas é certo que sem poder (força social capaz de activá-lo) não existe património.

Inicialmente aplicada a um reduzido leque de referentes, a noção de património foi nos últimos anos do século XX objecto de um considerável alargamento temático, cronológico e espacial (cf. Choay, 2006; Lowenthal, 1998). A expressão património reporta-se actualmente a um leque de referentes extremamente alargado, que abrange bens de ordem excepcional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial, natural e cultural: monumentos históricos, tecidos urbanos, saber-fazer, paisagens, festividades, sonoridades, etc. Tal significa que o património deixou de estar confinado aos interesses e às coisas das elites culturais para integrar, ainda que de modo diferenciado, interesses e coisas de outras classes sociais. A emergência da noção de património rural adquire, neste ponto, um valor lapidar. Esta reporta-se a um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitectura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional (cf. AAVV, 1995; Alves, 2004; Chevallier, 2000).

O turismo

De acordo com David Lowenthal (1985, 1998) e Raphael Samuel (1994), os anteriormente referidos processos contemporâneos de alargamento da noção de património decorrem de um conjunto de circunstâncias conducentes a uma representação do passado como um tempo perdido ou uma época dourada. Na sua óptica, a patrimonialização de referentes culturais surge como uma estratégia de protecção face aos fantasmas da ruptura e da desordem criados pelas forças da globalização, o desconforto do presente e as incertezas do futuro, baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante a valorização do património e da memória. As forças da globalização são, nesta perspectiva, encaradas como indutoras de uma forma de declínio e de ameaça à estabilidade da segurança e identidade dos indivíduos, conduzindo à preservação do passado, de modo a assegurar a continuidade de símbolos e significados que proporcionem uma adequação à crise mediante o reforço do sentido de coesão e de identidade colectiva⁴.

Entretanto, cumpre observar que, no Ocidente, o alargamento do parque patrimonial também está estreitamente associado à formulação e implementação de políticas de desenvolvimento local em meio rural e urbano que vêem no património um recurso susceptível de rentabilização social e económica pela via do turismo (cf. Alves, 2004; Anico, 2004, 2005). Este facto valida o argumento dos autores que defendem que a questão patrimonial está cada vez mais associada a uma lógica de mercado, sendo o património activado já não tanto por razões de ordem identitária, mas mais por razões de ordem turística e comercial (Bazin, 1995: 16-17; Prats, 2004: 42; Kirshenblatt-Gimblet, 1998: 151). Em Portugal e noutros países europeus e não europeus, há cada vez mais experiências e projectos ligados à indústria do património, como sejam museus locais, sítios históricos e arqueológicos, lugares sagrados e revitalizações do artesanato e de outras produções culturais, especialmente nos campos (cf. Chevallier, 2000; Godinho, 2006; Gregório, 2005; Pereiro Pérez, 2003; Pujadas e Moncusí, 2005; Rosas Mantecón, 2005; Sharpley e Sharpley, 1997; Sobral, 2004; Sousa, 2007/2008). E apesar de promoverem a construção da identidade cultural das

⁴ Para Marta Anico (2004), é justamente por fazer com que a população tenha os almejados vínculos de identificação com o território, com o passado e com outros membros da comunidade que a patrimonialização contribui para a legitimação dos poderes instituídos, que são também quem tem os meios necessários para o efeito.

comunidades locais, estas experiências e projectos estão fundamentalmente associadas a estratégias de rentabilização económica, através do turismo, visando o desenvolvimento local. Isto acontece mediante a reformulação e o reenquadramento de alguns elementos presentes num determinado espaço físico ou social, perspectivando a sua mercantilização, num processo que envolve a transformação de um valor cultural num valor comercial. Denis Chevallier *et al.* (2000) referem que a patrimonialização de diferentes componentes da ruralidade não visa a conservação das relíquias do passado, mas antes a inserção dos objectos presentes na actividade dos indivíduos que vivem nos espaços rurais numa economia à escala da Europa das Regiões. Acresce que um dos meios preferenciais para a execução desta empresa passa pela integração das áreas e das comunidades rurais no circuito internacional do turismo. Como diria Barbara Kirshenblatt-Gimblet (1998: 152), o rural converte-se, deste modo, em destino, um destino que deve ser distinto de outros destinos de modo a atrair turistas, motivo pelo qual o turismo requer a produção da diferença.

A inserção do património no mercado turístico remete para uma concepção “produtivista” do património, no âmbito da qual o património é entendido “como um recurso para o turismo cultural e para outras actividades económicas”, “como uma mercadoria que deve satisfazer o consumo contemporâneo” (Pereiro Pérez, 2003: 234). O património é, nesta perspectiva, visto como objecto de um consumo e de uma procura que ao longo dos últimos anos tem vindo a crescer a bom ritmo, facto que é concordante com o argumento de David Lowenthal, segundo o qual os processos contemporâneos de alargamento de noção de património têm sido acompanhados pela “democratização” do interesse por este recurso:

O património expande-se sobretudo porque mais pessoas participam nele. No passado, apenas uma minoria procurava os antepassados, reunia antiguidades, apreciava os mestres da pintura e frequentava os museus e sítios históricos. Estas diversões atraem agora as multidões. Já não são só os aristocratas a serem obcecados pelos antepassados, nem os muito ricos a coleccionar velharias, nem os académicos interessados por antiguidades, nem a nobreza a visitar museus; milhões procuram agora as suas raízes, protegem paisagens amadas, valorizam recordações e na generalidade mostram afecto pelo tempo que passou (Lowenthal, 1998: 10-11).

No caso português, não há dúvidas que tem havido uma tentativa sistemática de explorar turisticamente o património, na circunstância o património existente nos campos do país. A oferta turística em meio rural detém uma natureza variada, integrando o Turismo de Natureza, o Turismo Cultural, o Enoturismo, o Turismo Cinegético, o

Turismo Alimentar, o Turismo em Espaço Rural e o Turismo Activo (aventura e Desporto).

O objectivo é aumentar o fluxo turístico das zonas rurais e, ao mesmo tempo, fornecer aos visitantes actividades de animação que os façam prolongar a sua estadia na região e aumentar os dividendos que as populações locais extraem da actividade turística, em complementaridade com os derivados da prestação de serviços de hospedagem e restauração. Há a intenção de explorar a crescente procura e frequência dos espaços rurais para a realização de actividades de consumo turísticas e recreativas, fundamentalmente por populações urbanas, resultante do entendimento das áreas rurais como bens (e locais) de consumo e património comum (cf. Figueiredo, 2003: 65).

O caso de Monsaraz

Situada no extremo oriental da planície alentejana, junto à raia luso-espanhola, no concelho de Reguengos de Monsaraz, a aldeia de Monsaraz constitui um caso empírico ilustrativo da desruralização do país e da implementação de uma política de desenvolvimento local em meio rural que aposta na exploração turística dos seus recursos patrimoniais, com destaque para os monumentos históricos (o castelo, as muralhas, o pelourinho, etc.), a arquitectura religiosa e popular, o museu de arte sacra, a gastronomia e o artesanato.

Em 1965, a freguesia de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz, Évora) tinha pouco mais de 1700 habitantes, incluindo cerca de três centenas de residentes na povoação de fundação medieval (Cutileiro, 1977). De acordo com José Cutileiro,

Os habitantes da freguesia mantêm-se à custa da terra, mesmo aqueles que não dependem directamente da agricultura, tais como os lojistas, taberneiros e artífices, são ainda condicionados pelos resultados do ano agrícola. Somente uns 40 homens da freguesia estão a coberto desta contingência: os trabalhadores da fábrica de papel construída em 1950 perto do extremo sul da freguesia. (...)

As coisas complicaram-se em anos recentes, dado que às oportunidades oferecidas pelo mundo exterior se aliam as dificuldades económicas locais, o que se traduz numa progressiva desvalorização da terra. (...)

Em 1958, a siderurgia que estava a ser construída junto de Lisboa veio aumentar o caudal de imigrantes que começaram a sair da freguesia anos antes, caudal esse que não deixou de engrossar desde então (Cutileiro, ob. cit.: 8-9, 31, 85).

Em 1975/76, ao voltar ao terreno, Cutileiro pôde constatar que, apesar de não ter havido mudanças estruturais na freguesia,

mais famílias saíram para Lisboa e depois para França, mais trabalhadores deixaram o campo para Lisboa e para França, mais trabalhadores deixaram o campo e foram para a fábrica. Os jovens, acabada a tropa (...), se não conseguiam emprego na fábrica procuravam Lisboa e a sua cintura industrial. Trabalhar no campo continuava para eles a ser o menos atraente e o mais baixo dos misteres. A lenta e progressiva despovoação, contrariada embora pelo foco de fixação da fábrica, era concomitante com o que se passava nas grandes explorações da freguesia e em áreas adjacentes (Cutileiro, ob. cit.: 405).

Cerca de 15 anos mais tarde, quando foi revisitada por Francisco Ramos, a freguesia de Monsaraz possuía menos de 1200 habitantes, dos quais centena e meia residentes na povoação, facto que o levou a afirmar que Monsaraz

é um centro ritual em vias de extinção (...). Os equilíbrios frágeis e instáveis do processo de auto-reprodução da comunidade estão afectados negativamente por vários fenómenos já identificados noutras sociedades: fluxo migratório em direcção a centros urbanos próximos e do litoral (reduzido para o exterior), declínio da fecundidade, duplo envelhecimento (fenómenos nacionais com grande peso no Alentejo), falta de espaço físico fatalmente conducente à neo-localidade por parte dos raros recém-casados, aquisição de residências secundárias por utilizadores que raramente aparecem (Ramos, 1997: 257-258).

Os eventos sociais que então faziam parte do quotidiano eram “o funeral de um idoso, um homem embriagado e, mais recentemente, um turista em calções” (ob. cit.: 258). Existia, portanto, um fenómeno relativamente novo, relacionado com o turismo. O afluxo turístico tinha sido responsável por duas mudanças: “a rua transformara-se em avenida de forasteiros, a taberna tradicional evoluíra para café e restaurante” (ibid.: 88). Na verdade,

a frequência turística caminha para a massificação. A vila já tem cinco restaurantes, três casas de artesanato e já dá dormida a muito forasteiro. (...) Todos os dados parecem indicar que o destino e o horizonte de [Monsaraz] se vão consubstanciar no turismo. O turismo rural, que se adequa à situação de [Monsaraz] e da freguesia, parece vir a ser, por outro lado, a especialização da comunidade em referência. Mas uma redução drástica da actividade agrícola pode ser catastrófica para o futuro do turismo rural (Ramos, ibid.: 258, 260; ênfase no original).

Em 2003, quando aí desenvolvemos trabalho de campo (durante cinco meses), as tendências para o despovoamento, o declínio da agricultura e o desenvolvimento do turismo eram ainda mais evidentes. A população da freguesia havia decrescido para menos de 1000 habitantes. Monsaraz possuía 120 habitantes, três quartos deles no interior das muralhas, distribuídos por menos de metade dos 120 fogos existentes na povoação,

dois terços dos quais no interior das muralhas⁵. A população de Monsaraz tinha uma idade avançada, já que mais de um quarto da dita possuía 65 ou mais anos. Apenas metade da população exercia uma profissão, com destaque para quatro categorias: a dos directores, quadros dirigentes e patrões/empresários, a do pessoal dos serviços e similares, a do pessoal administrativo e similares e a dos trabalhadores da produção – facto que ilustra a existência de uma estrutura social radicalmente distinta da registada na década de 1960 por José Cutileiro (1977). Uma parte da população exercia mais do que uma actividade, embora a tempo parcial, sobretudo no sector turístico, que ocupa mais de um terço dos residentes⁶. Muitas terras deixaram de ser cultivadas, outras foram submersas em razão da construção da barragem do Alqueva, algumas casas agrícolas e de habitação foram convertidas em unidades turísticas e apenas um quinto dos residentes na povoação exerciam actividades agrícolas, a maioria dos quais em regime de pluriactividade e para consumo próprio, incluindo reformados e activos⁷. Em concomitância, Monsaraz constituía um lugar de referência no panorama turístico rural em Portugal, resultante do desenvolvimento da actividade turística. O historial deste desenvolvimento merece uma análise detalhada.

No seu *Guia de Portugal*, redigido na década de 1920, Raul Proença (1927: 87; ênfase no original) observa que “Monsaraz é uma *vila morta*. As muralhas do velho *castelo* construído por D. Denis caem aos pedaços”. No início da década de 1960, José Gonçalves (1961: 62-63) constata que a “outrora importante povoação alentejana não passa hoje de um mundo morto e evocativo, quase espectral, do actual Conselho de Reguengos de Monsaraz”, do qual passou a fazer parte em meados do século XIX. No entanto, esta localidade de fundação medieval foi no decurso do século XX, particularmente a partir dos anos 40, sujeita a um conjunto de intervenções ligadas a um processo de conservação e transformação urbanas, detalhadamente analisado por Ana Amendoeira (1998). Mas é preciso dizer que o processo de requalificação desta povoação ocorreu fundamentalmente na década de 1990, altura em que foram desenvolvidos muitos dos respectivos projectos, tendo em vista o

⁵ Quase metade das casas habitualmente vagas na povoação, 43 no interior das muralhas e 21 no exterior, pertencem a forasteiros nacionais e estrangeiros que as adquiriram para servir de residência secundária, enquanto as restantes pertencem a pessoas da terra que moram noutras áreas do país ou noutro local de Monsaraz.

⁶ Na verdade, o número de pessoas ligadas ao turismo é superior ao apontado, já que este não inclui os indivíduos que trabalham no sector em Monsaraz e que residem noutras localidades do concelho, entre elas Telheiro, Outeiro e Reguengos de Monsaraz.

⁷ Já em 1999, segundo o INE, a superfície agrícola por cultivar na freguesia ascendia a perto de 200 hectares.

desenvolvimento do turismo. Entre estes projectos encontra-se a conservação e consolidação das muralhas, o estudo arqueológico e a recuperação da cuba islâmica, a construção de parques de estacionamento e acessos, bem como a instalação de televisão por cabo, a recuperação e adaptação da Igreja de Santiago a Casa da Cultura de Monsaraz, o reforço das infra-estruturas eléctricas da *vila* e do *arrabalde* e a construção do circuito turístico de Monsaraz (que passou pela melhoria e construção de acessos e sinalização dos locais de interesse turístico na freguesia), para além do calcetamento integral das ruas e largos da *vila* com xisto, a eliminação das pocilgas que se encontravam nas encostas da povoação e a plantação de arvoredos nas encostas⁸. Ao que foi apurado através da consulta dos respectivos projectos, estas obras implicaram um investimento de cerca de quatro milhões de euros, a maior parte dos quais provenientes de fundos comunitários.

O facto de os parques de estacionamento e as acessibilidades terem implicado a destruição dos fortins da Guerra da Restauração sustenta o argumento de que se procura criar um cenário medieval, em detrimento de outras épocas da História da povoação. Monsaraz é, assim, um cenário histórico da época medieval marcado pela imagem alva (da cal e da tinta) dos elementos existentes no interior das muralhas.

As remodelações na estrutura física de Monsaraz foram acompanhadas pela construção da sua imagem enquanto atracções pitorescas, idílicas, cristalizadas num determinado período temporal, belas, extraordinárias e fora do comum, na qual participaram e continuam a participar arquitectos, jornalistas, entidades públicas ligadas ao turismo, agências de viagem, etc. Esta construção imagética foi coroada de sucesso, sendo que é frequente encontrar turistas e excursionistas e inclusivamente textos de ordem vária que a reproduzem, através de expressões tais como “estar aqui é como entrar numa máquina do tempo que nos transporta ao passado” e “aqui parece que não estamos no século XXI, mas sim num local onde o tempo parou”.

Para além do património histórico edificado, Monsaraz aposta nas marcas de ocupação humana do território em épocas ancestrais de molde a aumentar o seu poder de atracção turística, como testemunha o facto de se ter procedido à identificação, conservação, promoção e sinalização dos vestígios arqueológicos existentes nas suas imediações. Nos meios de

⁸ A expressão *vila* designa o núcleo urbano edificado no interior das muralhas da povoação, ao passo que a expressão *arrabalde* designa o espaço físico situado fora das muralhas.

divulgação e promoção de Monsaraz, para além de se conceder informação sobre a História e os monumentos existentes no centro histórico, chama-se a atenção para a presença de outras referências históricas existentes na povoação e na freguesia, incluindo as que testemunham a presença dos Mouros na área, como a cuba islâmica e ruínas de construções anexas. Paralelamente, alude-se à presença de inúmeros vestígios arqueológicos na zona circundante, incluindo as antas do Olival da Pega, o menir do Outeiro e o menir gravado da Abelhoa, bem como os recintos megalíticos da Farisôa, do Xerez e de Vidigueiras.

Alguns destes imóveis integram o parque patrimonial do país, incluindo imóveis classificados e em vias de classificação. Na freguesia, há presentemente quatro imóveis classificados como Monumento Nacional (fortificações e todo o conjunto intramuros, menir do Outeiro, menir da Abelhoa e ermida de Santa Catarina), quatro como Imóvel de Interesse Público (conjunto megalítico da herdade do Xerez, capela de São Bento, pelourinho e atalaia de São Gens), dois como Imóvel de Interesse Municipal (Hotel Rural “Horta da Moura” e monte da herdade do Barrocal) e um em vias de classificação, com despacho de abertura (conjunto megalítico do Olival da Pega (cf. http://www.ippar.pt/pls/dippar/patrim_pesquisa, acesso em 16-09-2008).

Tal como noutras zonas do país e do estrangeiro, estes recursos patrimoniais são muitas vezes inseridos no mercado turístico sob a forma de rotas. Monsaraz figura em algumas das rotas e itinerários propostos pela Região de Turismo de Évora. A rota do Megalítico adquire, neste ponto, um valor ilustrativo. Quanto a itinerários, nos quais se recomenda a visita a locais de interesse histórico e cultural, como castelos, igrejas, conventos, casarios, menires, olarias, adegas, e fábricas de queijos e de mantas, são de realçar os seguintes: (i) Évora – Redondo – Reguengos de Monsaraz – Monsaraz; (ii) Monsaraz – Mourão – Monsaraz; (iii) Monsaraz – Terena – Alandroal – Juromenha – Vila Viçosa.

Monsaraz apresenta, entretanto, outras dimensões associadas ao sector turístico que importa mencionar. O artesanato encontra-se nesta situação. Para além dos certames ligados à exposição e comercialização do artesanato incluídos na iniciativa Monsaraz – Museu Aberto, esta povoação têm várias lojas ligadas ao sector. Nas seis lojas de artesanato vende-se vestuário tradicional (*pelicos* e *pelicas*), pantufas, produtos locais (mel e azeite), cerâmica, livros sobre a povoação e a região do Alentejo, postais, miniaturas de casas ou fachadas. A povoação conta ainda com uma loja de vinhos da Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz e

com uma outra de produtos locais e regionais, incluindo queijo, vinho e enchidos. Alguns dos produtos, incluindo o vinho, têm a marca “Monsaraz”, outros uma inscrição dizendo que são “de Monsaraz”. Parte destes produtos alimentam o mercado das recordações ligadas às experiências turísticas, contribuindo simultaneamente para a “reprodução mecânica” ligada ao processo de sacralização das atrações turísticas de que fala Dean MacCannell:

A criação de gravuras, fotografias, modelos ou efígies do objecto que são por sua vez valorizadas e exibidas. É a fase de reprodução mecânica da sacralização que é responsável maioritariamente por impulsionar o turista para a viagem de descoberta do objecto verdadeiro. E ele não fica desapontado. Para além das cópias, tem de ver a Coisa Verdadeira (MacCannell, 1999: 45).

Outra dimensão da oferta turística é a gastronomia. Monsaraz possui quatro restaurantes – três dos quais com serviço de cafetaria –, quase todos considerados típicos. A tipicidade está presente não apenas na estrutura arquitectónica dos edifícios onde os mesmos se encontram localizados, mas também na decoração dos espaços e, sobretudo, nas ementas. O primeiro aspecto resulta do facto de estarem instalados em edifícios consonantes com a traça arquitectónica do restante casario. O segundo reside no preenchimento dos espaços com mobiliário e elementos decorativos associados ao antigo modo de vida rural. O terceiro assenta no serviço de pratos tradicionais da região, de que são exemplo o Ensopado de Borrego e a Açorda Alentejana, que tanto fascínio exercem numa parte da população citadina, que por esta via procura romper com o quotidiano em termos de hábitos alimentares e incorporar um pouco de história, tradição e cultura locais (cf. Bessière, 1998).

O património histórico, arqueológico e cultural tinha e continua a ter, portanto, um papel importante no processo de turistificação de Monsaraz, a exemplo do ocorrido noutros lugares dentro e fora do país. É no património histórico edificado que reside, entretanto, o maior factor de atracção turística desta povoação, tal como sucede nas Aldeias Históricas de Portugal, em Marvão e noutros lugares do país e do estrangeiro (cf. Herzfeld, 1991; ICOMOS, 1993).

É com estes atributos que o lugar em estudo compete no mercado turístico com outras atrações em busca de uma quota deste mercado. Complementarmente, nesta localidade promovem-se eventos destinados a criar um valor atractivo adicional e quebrar a sazonalidade. No caso de Monsaraz, os eventos que acrescentam ou tentam acrescentar poder de atracção à povoação são as Festas em Honra do Senhor Jesus dos Passos,

a iniciativa Monsaraz – Museu Aberto e o Presépio de Rua. Organizadas pela Santa Casa da Misericórdia, as Festas em Honra do Senhor Jesus dos Passos realizam-se anualmente no segundo fim-de-semana de Setembro e têm a particularidade de envolver a realização de diversas touradas e a condução do touro pelas ruas da *vila* até à praça situada no castelo, onde será morto no decurso de uma das touradas. Organizada pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, a iniciativa bienal Monsaraz – Museu Aberto, que teve a sua primeira edição em 1986 e que normalmente decorre durante nove dias no mês de Julho, tenta promover a animação turística da povoação e a educação cultural da população através de eventos e espectáculos de ordem diversa que pretendem reflectir os valores da cultura tradicional. Organizado pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, o Presépio de Rua é uma iniciativa anual, que teve a sua primeira edição em 1999, a partir de uma ideia proposta pela escultora Teresa Martins e que normalmente está patente ao público durante cerca de três semanas durante a época natalícia. O Presépio é constituído por cerca de quarenta figuras em tamanho real, feitas de grandes estruturas de ferro e rede, cobertas de pano de cor crua, sendo as suas figuras dispostas numa espécie de romaria que vai desde a Porta da Vila até ao castelo, onde se encontram José, Maria e o Menino Jesus. Ao que foi apurado no terreno através da observação participante e de testemunhos recolhidos junto de residentes (empresários da restauração, funcionários do Posto de Turismo, comerciantes, etc.), estas três iniciativas trazem a Monsaraz centenas de turistas, para além de muita gente da freguesia e dos concelhos limítrofes.

Para acolher os visitantes, Monsaraz dispunha de oito unidades de alojamento turístico com cerca de cinquenta quartos duplos situadas no interior da povoação e seis com cerca de oitenta quartos para turistas situadas nos arredores, muitas delas co-financiadas pelos sistemas de incentivo financeiro do Turismo de Portugal e pela iniciativa comunitária LEADER.

Em 2003, o Posto de Turismo da povoação registou cerca de 20 000 visitantes, entre os quais 12 000 portugueses. Entre estes visitantes existem escuteiros, grupos escolares e universitários, excursionistas, habitantes de povoações mais ou menos próximas e cidadãos de diferentes escalões etários, estratos socioeconómicos e motivações (cf. Silva, 2007b).

Notas finais

O caso concreto de Monsaraz foi, neste artigo, apresentado como ilustração de uma série de transformações sociais, económicas e demográficas extensíveis a muitas outras zonas periféricas do país – sangria populacional, declínio da agricultura e desenvolvimento do turismo –, configurando um quadro pós-rural. Desde meados do século XX, estas zonas têm vindo a perder os seus efectivos populacionais em favor das zonas costeiras de Portugal e de outras áreas à escala internacional, em larga medida devido à perda de importância da agricultura na economia e na sociedade portuguesas, fortemente induzida pela PAC. Estes dois factores originaram uma situação de “crise”, que o Estado português e a União Europeia tentam combater através de diferentes estratégias: i) a da tentativa de aproveitamento do potencial agrícola dos campos, a da patrimonialização dos seus recursos históricos, culturais, naturais e paisagísticos, e iii) a do desenvolvimento do turismo.

Tal significa que a desruralização do país e a desagrarização dos campos abriram caminho à patrimonialização e turistificação do mundo rural. Estes processos de patrimonialização e turistificação derivam de uma intervenção política estatal (de alcance muitas vezes limitado) que define medidas de desenvolvimento local em meio rural e investe recursos públicos (nacionais e comunitários) na sua implementação.

A retracção das áreas de cultivo permitiu uma diversificação dos usos do solo, que deixou de ser uma fonte preferencial e quase exclusiva da produção agro-pecuária para adquirir uma polissemia funcional, onde se incluem o turismo e a recreação (campos de golfe, centros hípicas, museus locais, monumentos históricos e outros patrimónios, etc.), bem como a protecção ambiental e a construção de acessibilidades, equipamentos e habitações, havendo também lugar para actividades agrícolas e para residências secundárias de cidadãos do país e do estrangeiro.

A requalificação das zonas rurais foi fundamentalmente impulsionada e patrocinada pela administração central, que em Portugal tem tido um papel decisivo na conversão dos espaços rurais em espaços turísticos (cf. Cavaco, 1999; Ribeiro, 2003). Mas é preciso notar que a maioria dos investimentos feitos no âmbito da aplicação das referidas medidas de desenvolvimento rural provieram dos fundos estruturais concedidos pela União Europeia. A criação de museus locais, de unidades de turismo rural e de trilhos, bem como a reabilitação de patrimónios edificados, a recuperação de aldeias (históricas e rústicas) e a valorização de sítios

arqueológicos, etc., contaram com financiamentos provenientes de programas comunitários como o FEDER e o INTERREG e a iniciativa comunitária LEADER.

A actual configuração do mundo rural deriva, em boa medida, de uma modelação feita por forças que lhe são exteriores, mediante a elaboração e concretização de políticas e medidas de desenvolvimento rural que promovem e financiam a multifuncionalidade dos campos e, inclusivamente, as actividades produtivas de quem neles habita. Isto não significa a ausência total de protagonismo e de algum poder de decisão por parte das populações locais, mas sim a existência de uma relação de poder desigual, na qual o exterior contribui decisivamente para a configuração do “campo de possibilidades” (Velho, 1995: 230) das populações rurais.

A questão que se coloca é a de saber qual a real eficácia destas medidas e investimentos públicos face ao almejado desenvolvimento rural. Será que são susceptíveis de travar a sangria populacional que grassa pelos campos do país? Tomando como referência o terreno que temos vindo a estudar nos últimos anos, a rede das doze Aldeias Históricas de Portugal, onde se implementou uma acção de desenvolvimento local assente na patrimonialização e turistificação da História e do histórico edificado, a resposta a esta questão é não. Estamos perante espaços cada vez mais visitados, é certo, mas menos habitados. Em Monsaraz as coisas passam-se de maneira similar, embora o turismo tenha (excepcionalmente) um papel importante na revitalização do tecido económico, na geração de emprego e na dinamização do comércio e serviços a nível local (cf. Silva, 2007b, 2007/2008). Outros estudos sobre o poder do turismo enquanto alavanca de desenvolvimento local em meio rural apontam no mesmo sentido (Cavaco, 1999; Figueiredo, 2003; Ribeiro, 2003; Silva, 2005/2006).

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1995) *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Iniciativa Comunitária “LEADER”, Ministério da Agricultura.

ALVES, J. (2004) “Sobre o “Património rural”: contributos para a clarificação de um conceito”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº8: 35-52.

AMENDOEIRA, A (1998) *Monsaraz: Análise do Processo de Conservação e Transformação Urbana no Século XX*, Évora, Universidade de Évora,

dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, policopiado.

ANICO, M. (2005) “A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade”, *Horizontes Antropológicos*, vol. 11, n.º23, *on-line* em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a05v1123.pdf> (acesso em 5-10-2007)

ANICO, M. (2004) “Património, turismo e políticas culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergência de interesses?”, *IV Congreso Virtual de Antropología y Arqueología – Cultura, Identidad y Patrimonio, on-line* em <http://www.naya.org.ar/congreso2004/autores.htm> (acesso em 5-10-2007)

BAPTISTA, F. (1996) “Declínio de um tempo longo”. Joaquim Pais de Brito, Fernando Oliveira Baptista & Benjamim Pereira (org.), *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 35-75.

BAZIN, C-M. (1995) “Industrial Heritage in the Tourism Process in France”. Marie-Françoise Lanfant, John Allcock & Edward Bruner (eds.), *International Tourism, Identity and Change*, London, Sage, 113-126.

BESSIÈRE, J. (1998) “Local development and heritage: traditional food and cuisine as tourists attractions in rural areas”, *Sociologia Ruralis*, XXXVIII (1): 21-34.

CARVALHO, A. (2003) “Produtos alimentares com referencial de qualidade podem promover o desenvolvimento rural”. José Portela & João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, 231-248.

CAVACO, C. (1999) “O mundo rural português: desafios e futuros”. Carminda Cavaco (org.), *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 135-148.

CAVACO, C. & RAMOS, A. (1994) *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900, 1905, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional.

CHEVALLIER, D. (ed.) (2000) *Vives Campagnes: Le Patrimoine Rural, Projet de Société*, Paris, Autrement.

CHEVALLIER, D.; CHIVA, I. & DUBOST, F. (2000) “L'invention du Patrimoine Rural”. Denis Chevallier (ed.), *Vives Campagnes: Le Patrimoine Rural, Projet de Société*, Paris, Autrement, 11-56.

CHOAY, F. (2006 [1982]) *A Alegoria do Património*, Lisboa, edições 70.

CORDOVIL, F.; DIMAS, B.; ALVES, R. & BAPTISTA, D. (2004) *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia. Factos e políticas*,

futuro e opções, S. João do Estoril – Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

CUTILEIRO, J. (1977 [1971]) *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa Editora.

OCDE (1994) *Tourism Strategies and Rural Development*, Paris.

Ferrão, J. & Lopes, R. (2003) “Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations, politiques“, *Géographie, Économie, Sociétés*, 5 (2):139-160.

FIGUEIREDO, E. (2003) “Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural”. Orlando Simões & Artur Cristóvão (orgs.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, 65-81.

FRAGATA, A. (2003) “Da qualidade dos produtos agrícolas tradicionais: elementos para a sua elaboração social e técnica”. José Portela & João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, 231-248.

GODINHO, P. (2006) *Aporias do “popular”: a Festa dos Rapazes de Varge, novas produções rituais e patrimonialização*, Lisboa, Lição de Agregação em Antropologia, FCSH/UNL, 52 pp.

GONÇALVES, J. (1961/1962) “Monsaraz e o seu termo. Ensaio monográfico”, *Boletim da Junta Distrital de Évora* (2&3): 1-158, 267-357.

Gravari-Barbas, M. (ed.) (2005) *Habiter le patrimoine. Enjeux, approches, vécu*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

GREGÓRIO, A. (2005) “O ecomuseu rural das serras do Algarve – serra do Caldeirão – Uma estratégia de desenvolvimento local participado, centrado na identidade cultural da serra do Caldeirão”, *Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja – Culturas, Identidades e Globalização*, Tomo I, 263-272.

HERZFELD, M. (1991) *A place in History – Social and monumental Time in a Cretan Town*, New Jersey, Princeton University Press.

ICOMOS (1993) *Tourism at World Heritage Cultural Site: The Site Manager’s Hand Book*, ICOMOS – International Council of Monuments and Sites, *on-line em* www.international.icomos.org/publications/93touris.htm (acesso em 20-01-2006).

INE (2002) *XIV Recenseamento Geral da População. Portugal (2001)*; resultados definitivos.

JORDÃO, N. (2002) “O desenvolvimento rural em Portugal”. Edelmira Perez Correa & José Maria Sumpsi (org.), *Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 321-326.

- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. (1998) *Destination Culture. Tourism, museums, and heritage*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.
- LOWENTHAL, D. (1998) *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LOWENTHAL, D. (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MACCANNELL, D. (1999 [1976]) *The Tourist: A New Theory of Leisure Class*, London, Macmillan.
- MATHIEU, N. (1996) “Rural et urbain: unité et diversité dans les évolutions des modes d’habiter”. Marcel Jollivet & Nicole Eizner (eds.), *L’Europe et ces Campagnes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 187-199.
- NILSSON, P. (2002) “Staying on farms, an ideological background”, *Annals of Tourism Research*, 29 (1): 7-24.
- PROENÇA, R. (1927) *Guia de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, vol. 2.
- PEIXOTO, P. (2004) “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70: 183-204.
- PEREIRO PÉREZ, X. (2003) “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”. José Portela & João Castro Caldas (eds.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, 231-248.
- PÉREZ CORREA, E. (2002) “Lo rural y la nova ruralidad”. Edelmira Pérez Correa & José Maria Sumpsi (eds.), *Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 15-30.
- PRATS, L. (2004 [1997]) *Antropología y patrimonio*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.
- PUJADAS, J. & MONCUSÍ, A. (2005) “Parques naturales y reservas etnológicas: apoteosis de uso instrumental del patrimonio al servicio del turismo en un área fronteriza del pirineo Catalan”, *Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja – Culturas, Identidades e Globalização*, Tomo I, 103-116.
- RAMOS, F. (1997) *Os Proprietários da Sombra. Vila Velha Revisitada*, Lisboa, Universidade Aberta.
- RIBEIRO, M. (2003) “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de Turismo em Espaço Rural em Portugal”. José Portela & João Castro Caldas (eds.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, 199-216.
- ROGERS, A. (1989) “People in the Countryside”. G. E. Mingay (ed.), *The Rural Idyll*, London, Routledge, 103-130.

- ROSAS MANTECÓN, A. (2005) “Las disputas por el patrimonio. Transformaciones analíticas y contextuales de la problemática patrimonial en México”. Néstor García Canclini (ed.), *La antropología urbana en México*, Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 60-95.
- SAMUEL, R. (1994) *Theatres of Memory*, London, Verso.
- SHARPLEY, R. & SHARPLEY, J. (1997) *Rural Tourism: An Introduction*, Oxford, International Thomson Business Press.
- SILVA, L. (2007/2008) “Os Impactos Locais do Turismo”, *Encontros Científicos*, n.º3: 86-96.
- SILVA, L. (2007a) *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.
- SILVA, L. (2007b) “Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal”, *Análise Social*, vol. XLII (184): 853-874.
- SILVA, L. (2005/2006) “Os Impactos do Turismo em Espaço Rural”, *Antropologia Portuguesa*, vol. 22/23: 295-317.
- SIMÕES, O. (2003) “A vinha e o vinho em Portugal: contributos para o desenvolvimento local e regional”. José Portela & João Castro Caldas (org.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, 425-448.
- SOBRAL, J. (2004) “O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural”, *Etnográfica*, vol. VIII (2): 243-271.
- SOUSA, C. (2007/2008) “Tourist Patrimonialization: Ethnography and Power in a Portuguese Village”, *Encontros Científicos*, n.º 3: 78-85.
- VELHO, G. (1995) “Estilo de vida urbano e modernidade”, *Estudos Históricos*, 8 (16): 227-234.